

Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | *severinofrancisco.df@dabr.com.br*

Frutos do cerrado

Até o início da década de 1970, bastava dar alguns passos para estar em pleno cerrado bravo. Nos tempos da infância e da adolescência, andei muito por essas paragens, com estilingue em punho para a caça de passarinhos. A sorte dos colegas alados é que a minha pontaria era péssima. As aves sempre arrumavam um jeito de se safarem e arribarem voo sem maiores danos que o susto.

Durante as errâncias pelo cerrado, topávamos com árvores atulhadas de cajuzinhos, mangabas, cagaitas, araticuns e pequis. Hoje, só é possível encontrar esses frutos se você se afastar muito do Plano Piloto. Costumo comprar pequi nas beiras de estradas. Sempre que pergunto de onde vêm, os vendedores me respondem: de Minas Gerais.

Na infância e na adolescência, catar os frutos do cerrado fazia parte de uma aventura. Perdi o contato com quase todos, com exceção do pequi, que passei a apreciar ainda mais quando comecei a pesquisar as qualidades nutritivas. O pequi é riquíssimo em vitaminas A, B e C, e em minerais, que ajudam a reduzir o colesterol ruim, melhoram a imunidade e auxiliam na visão.

É interessante como o conhecimento do valor nutricional também interfere no gosto. O que beneficia a minha saúde eu passo a degustar com mais empenho. E retiro até prazer de alimentos que, em princípio, são acres.

Pois bem, em meio a tantas notícias indigestas, chega o anúncio de que esses frutos do cerrado serão introduzidos nos cardápios das refeições dos alunos da rede pública das escolas do DF, mediante projeto apresentado pelo então deputado Leandro Grass. Não existe melhor maneira de valorizar o bioma sob todos os aspectos.

Apesar da posição de esquecimento, as condições para a introdução dos frutos do cerrado na dieta dos estudantes são muito favoráveis e abrem perspectivas interessantes para desenvolver a agricultura familiar no DF. A Embrapa e a Emater desenvolvem, há várias décadas, pesquisas importantes que podem impulsionar a produção dos frutos do cerrado, a partir da criação da nova demanda.

Além disso, os alunos podem conquistar, naturalmente, uma nova consciência sobre o bioma, sem contar que serão beneficiados por alimentos saudáveis, de alto valor nutritivo. Só mais recentemente a merenda escolar mereceu uma atenção mais cuidadosa. Era um absurdo, as cantinas ofereciam alimentos de baixo valor nutricional, que colaboravam para a criação de crianças obesas.

Esse cuidado com a alimentação das crianças é fundamental. Para muitas, a merenda escolar é uma das refeições mais importantes que elas fazem. A questão ambiental da Amazônia é crucial para o futuro do país e da humanidade. No entanto, ela não pode soterrar os problemas e as potencialidades do cerrado. Em primeiro lugar, precisamos cuidar do nosso quintal.

» Entrevista | **EVERALDO MACIEL** | EX-SECRETÁRIO DE FAZENDA DO DF

Ao *CB.Poder*, ex-secretário de Fazenda do DF diz que criação da Guarda Nacional traz um cenário perigoso para que polícias de outros estados queiram comparar remuneração da nova guarnição, o que prejudicaria os entes federados mais pobres

"Guarda Nacional seria muito desastrosa para o país"

» PABLO GIOVANNI

Mariana Lins



Um dos mais renomados economistas do país, o ex-secretário da Fazenda do DF e ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirmou que a criação da Guarda Nacional para cuidar da segurança dos prédios da Esplanada dos Ministérios — substituindo o papel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) — pode trazer um impacto desastroso para as finanças públicas dos demais estados da federação. Ao CB.Poder *— parceria do* **Correio** *com a TV Brasília — de ontem, Everardo disse ao jornalista Roberto Fonseca que a proposta do governo federal pode estimular as forças de segurança dos estados a querer igualar o salário com a Guarda Nacional.*

No evento Entre os Eixos do DF, um discurso seu repercutiu bastante nas redes sociais, que era sobre o Fundo Constitucional. Caso o FCDF acabasse, Brasília quebrava. Queria que dissesse sobre a importância do fundo e sobre a sua criação.

O Distrito Federal era chamado pelo Império de município neutro, exatamente para se diferenciar das outras instituições públicas nacionais. Todo financiamento dele era por conta do caso do governo central, governo imperial. Com a proclamação da República, município neutro foi substituído pelo Distrito Federal, que desde a proclamação, todas as despesas eram financiadas pela União. Em 1988, conferiu-se a autonomia ao Distrito Federal. E a partir daí, reduziu-se o financiamento da União, que ficou limitado para segurança pública, educação e saúde. Isso porque também o Distrito Federal assumiu a competência tributária em relação à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do ISS e de outros tributos que antes eram cobrados pela União. Em 1988, na Constituição,decidiu-se que o financiamento da Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, seria de responsabilidade da União. A educação e saúde eram por transferência que faziam mensalmente. E isso era muito problemático, porque consistia em todos os meses o secretário da Fazenda do Distrito Federal ter que ir ao Tesouro Nacional e ao Ministério da Fazenda pedir que fizesse a transferência para o Distrito Federal. Então, foi nesse contexto que se concedeu a ideia de um Fundo Constitucional que conferisse automaticidade a essas transferências: segurança, educação e saúde. Isso veio em 1998, promulgada uma emenda constitucional que permitiu a possibilidade de criação desse Fundo Constitucional, que veio a ser criado por lei no final do governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

E quanto o Fundo representa nas receitas públicas do DF?

Hoje representa 40%, em média, das receitas. Obviamente, retirar o Fundo Constitucional significaria dizer "acabar Brasília", mas mais do que isso: acabar a República, porque Brasília é a sede da República. Quanto a existência desse Fundo Constitucional, todos os estados e municípios têm, como o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de participação dos Municípios, a parte da Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), portanto o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) da mesma forma que os municípios recebem a cota parte do ICMS e do Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA). Portanto, todo o sistema do federalismo fiscal brasileiro está constituído em impostos de competência dos entes federativos e na partilha de renda que implica transferências da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios. No caso do Distrito Federal, transferência estrita da União.

O FCDF também garante uma estabilidade maior do servidor dessas áreas no referente ao recebimento de salário. Correto?

Sem dúvida nenhuma. Ainda que, em relação à educação e saúde, os recursos do Fundo Constitucional não são suficientes para o pagamento das despesas que estão nesses itens de gasto. Ou seja, ao Fundo Constitucional, na área de educação e saúde são acrescidas receitas próprias do Distrito Federal.

Em caráter fiscal, está em discussão no pacote apresentado pelo governo a criação de uma Guarda Nacional. Olhando por este lado, pode aumentar ainda mais uma distorção em referente aos Estados?

Eu não tenho a menor dúvida. Eu não sou especialista em segurança pública, portanto, não vejo os aspectos ligados a essa área, mas sim ao fiscal. É a criação de um paradigma de remuneração para todas as polícias do Brasil. Isso, portanto, tem um impacto desastroso nas finanças públicas dos entes federativos, especialmente dos estados mais pobres, que não terão como enfrentar agora um piso (salarial). Quer dizer: todos vão se espelhar no piso. Olha, se a Guarda Nacional tem uma remuneração X, é fácil imaginar que uma bandeira salarial é fazer uma isonomia com a Guarda Nacional, e isso não haverá possibilidade de estados mais pobres que possam assumir um ônus dessa natureza.

A mensagem do presidente Lula, além de outras questões, também faz menção ao teto de gastos. Queria saber sua opinião, sobre a sua importância e se existe possibilidade que seja aprimorado.

Ninguém tem a menor dúvida de que nós temos um problema fiscal crônico. Quer dizer: as despesas sempre batendo as receitas, então o déficit fiscal ficou crônico. Talvez isso explique o porquê se adotou uma medida que eu considero não muito científica do teto de gastos. Ele quer dizer o seguinte: a despesa total não pode ultrapassar determinado parâmetro. O que que você estabelece? Uma briga entre as despesas. Então, quem tiver mais força ganha. Mas, quem tem mais força não necessariamente deve ganhar. Isso deve ter um uma orientação mais racional, científica sobre o assunto. Se a despesa está crescendo, o que faz ela crescer? Então, eu tenho que identificar quais são as causas de crescimento e tratar delas, senão o problema vai ficar igual. Não vai resolver. Sobretudo no Brasil, onde você tem muitas restrições orçamentárias e vinculações como "parte da receita é vinculada a isso e outra vinculada aquilo". Tem muito piso e pouco teto. Então, isso evidentemente é a receita do desastre. Quer dizer: isso não dá certo. Isso não funciona. Quando alguém diz "olha, nós temos que fazer investimentos social". O que é o social? Social geralmente é ele próprio. O que eu vou cortar? Imagina uma família que cuida do orçamento de sua casa e diz que vai eu vou aumentar a despesa. Ou ele vai ter que cortar algumas despesas; ou endividar; ou buscar novas receitas. Não existe órfão nesse país. Toda despesa tem pai e tem mãe. Esse confronto tem que ser arbitrado. Tem que buscar uma solução que resolva essa essa questão. Não há possibilidade nenhuma do Brasil resolver o seu problema fiscal sem tratar da questão previdenciária.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 3 de fevereiro de 2023

» Campo da Esperança

Darcy Evangelista Amâncio, 82 anos
Edith Barbosa dos Santos, 69 anos
Maria de Melo Siqueira, 76 anos
Moisés Brito Coelho, 64 anos
Regina de Souza Silva, 58 anos

» Taguatinga

Agamenon dos Santos Filho, 84 anos
Antônio Alves Cardoso Neto, 84 anos
Elizabeth Rodrigues Vitor, 64 anos
Eunice Pereira dos Santos, 89 anos
Francisco Soares Mota, 80 anos
Gercina Inácia da Costa, 74 anos
Maria Luzia Castro Souza, 37 anos
Enzo Miguel dos Santos Silva, menos de 1 ano
Samuel Leviosawa Marques Machado, menos de 1 ano
Wanderlei da Silva Pereira, 40 anos

» Gama

Adalto Nonato da Silva, 43 anos
Josete Pereira Silva, 66 anos

» Planaltina

Cláudio Márcio Pedro dos Santos, 48 anos

» Brazlândia

Vanira Vieira de França, 53 anos

» Jardim Metropolitano

Octávio Jorge, 98 anos (cremação)
Charles Curt Mueller, 88 anos (cremação)
José de Almeida Ricardo, 63 anos (cremação)
Maria de Lourdes Gonçalves da Silva, 94 anos (cremação)